



Gênero: uma falácia contemporânea?

João Paulo Ribeiro Beraldo¹

Recebido em: 30/08/2019

Aceito em: 10/12/2019

RESUMO

Neste artigo, – fruto de minha Dissertação de Mestrado –, pretendo trabalhar a ideia de gênero com um olhar voltado para o seu uso na História. Para tal, usarei como base argumentativa a historiadora norte-americana Joan Scott, além de outros/as autores/as que possam ser complementares ao meu ponto expositivo. Historicamente, a ideia de “gênero” desenvolveu-se com o intuito de “agregar”, “juntar” os dois sexos (masculino e feminino) em um único espaço de discussão, indo além de debates que cerceiam, única e exclusivamente, à mulher. O objetivo principal deste trabalho é demonstrar como tal ideia vem sendo utilizada fora de sua “intenção original” e pode irradiar outras concepções. É preciso responder a algumas perguntas: será que o “gênero” (utilizado como um conceito contemporâneo) responde às demandas sociais vigentes atualmente? Ou é necessário revisar a utilização de tal palavra?

Palavras-chave: Gênero. História. Mulher.

Genre: a contemporary fallacy?

ABSTRACT

In this article, - the result of my Master's Dissertation -, I intend to work on the idea of gender with a view to its use in history. To this end, I will use as an argumentative basis the American historian Joan Scott, as well as other authors who may be complementary to my expository point. Historically, the idea of “gender” was developed with the intention of “aggregating”, “joining” the two sexes (male and female) in a single discussion space, going beyond debates that unique and exclusively surround women. The main objective of this paper is to demonstrate how such an idea has been used outside its “original intention” and can radiate other conceptions. Some questions need to be answered: Does “gender” (used as a contemporary concept) responds to current social demands? Or is it necessary to revise the use of such a word?

Keywords: Gender. History. Woman.

¹ Mestrando em História e Cultura Social pela UNESP, campus de Franca/SP. E-mail: joao.pauloberaldo@hotmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5804399311508002>



1. O GÊNERO E AS MULHERES: CATEGORIAS CONFLITANTES OU COMPLEMENTARES?

Discutir sobre gênero é muito comum nos tempos contemporâneos, mas será que quem dele se utiliza sabe qual sua origem e a sua função original? Sabe realmente o que significa este termo e usufruir bem sua potencial totalidade? Mas o que, de fato, vem a ser “Gênero”? O dicionário apresenta várias definições da mesma palavra. Vejamos algumas das principais: [S.M²] Conceito generalista que agrega em si todas as particularidades e características que um grupo, classe, seres, coisas têm em comum; [Biologia] Grupo da classificação dos seres vivos que reúne espécies vizinhas, aparentadas, afins, por apresentarem entre si semelhanças constantes; família, raça; Maneira de ser ou de fazer; estilo, tipo; Diferença entre homens e mulheres que, construída socialmente, pode variar segundo a cultura, determinando o papel social atribuído ao homem e à mulher e às suas identidades sexuais; [Gramática] Categoria gramatical que se baseia na diferenciação entre masculino, feminino e neutro; etc. Como vimos é uma palavra que agrega vários conceitos e idéias e que serve para designar uma infinidade de assuntos, de acordo com seu uso em determinadas áreas do conhecimento humano.

Kalina Silva e Maciel Silva no verbete “Gênero” presente em sua obra *Dicionário de conceitos históricos* (2009) definem-no como o caminhar por uma trilha ainda em construção e que tem muito a ver com questões políticas e de teoria, estando associado ao estudo das relações entre homens e mulheres pelas ciências humanas, o que segundo os autores, ele (o gênero) “ajudou a despertar o interesse da historiografia em compreender a multiplicidade de identidades femininas ao longo da história” (2009, p. 166). E acrescentam ainda que:

A definição mais corrente de gênero é a que o considera uma categoria relacional, ou seja, gênero é entendido como o estudo das relações sociais entre homens e mulheres, e como essas relações são organizadas em diferentes sociedades, épocas e culturas. Os pesquisadores que utilizam essa categoria de análise fazem questão de frisar que no campo das relações entre homens e mulheres há uma distinção entre a esfera biológica, que é o sexo propriamente dito e suas características físicas, e a esfera social e cultural, que é a identidade de gênero. (...) Historicamente, o conceito de gênero surgiu para se contrapor a uma visão que enfatizava as diferenças biológicas, ou sexuais, entre homens e mulheres, que acabava *naturalizando* a dominação masculina. A nova categoria veio enfatizar que a natureza não explica, e muito menos determina, a relação entre os sexos. São os componentes sociais e culturais que interferem mais decisivamente na maneira pela qual os gêneros se relacionam, não havendo papéis fixos para homens e mulheres em nenhuma esfera social. A categoria de gênero tem uma história que se inicia com o movimento feminista, nas décadas de 1960 e 1970. Este, em sua luta política, percebeu que tinha de construir uma *História das mulheres*, pois só assim explicaria a subordinação

² Substantivo masculino.



feminina e seus mecanismos e divulgaria a resistência e a luta de muitas mulheres no decorrer da história. Construir esse passado era, assim, um ato político fundamental para a afirmação do movimento no presente. (...) No entanto, com as mudanças que ocorreram no próprio movimento feminista e na concepção de História a partir dos últimos anos da década de 1970, a produção historiográfica ocidental se afastou da política. Esse rompimento conferiu maior legitimidade acadêmica ao saber histórico produzido pelas (e sobre) as mulheres, e agora também por homens. Foi nesse momento que surgiu, na década de 1980, a categoria *gênero*, elaborada como um termo aparentemente neutro e desvinculado da ideologia feminista que usava a “perigosa” ideia de *História das mulheres* (SILVA: SILVA, 2009, pp. 166-167).

Na citação acima, os autores enfatizam que na visão feminista durante as décadas de 1960 e 1970, era preciso criar espaços dedicados especialmente às mulheres e estudá-las, dando voz a elas e buscando as faces femininas “esquecidas” pela História (majoritariamente masculina, segundo se dizia na época). Inclusive os autores destacam que o termo “gênero” surge nos anos 1980 como algo neutro, ou seja, relacionando ambos os sexos (masculino e feminino). Uma problemática levantada pelos autores é em relação a quem defende a *História das mulheres* ou a *História de gênero*, pois os historiadores /as que defendem a primeira, “(...) ressaltam, por seu turno, que *gênero* não explica tudo e não se pode ir logo fazendo uma história das relações sociais entre homens e mulheres quando ainda se ignora muito da história das próprias mulheres” (SILVA: SILVA, 2009, p. 167). Já os defensores da segunda, que utilizam “(...) posições menos ortodoxas que fazem uso da categoria gênero associada a outras categorias, como raça e classe, pois a desigualdade não se dá apenas entre homens e mulheres, como um bloco homogêneo” (SILVA: SILVA, 2009, p. 167).

Quando se recorta uma temática sobre gênero (entendido apenas o feminino como representante-mor do termo), e se isola características específicas destas mulheres, seja pela cor de pele, nacionalidade, sexualidade e outras modalidades afins, pois se excluem ainda mais as demais e aos homens, é aí em que mora o problema e o perigo de ocorrer uma “segregação” e de se esquecer das correlações existentes entre o todo. Por exemplo, traçar uma linha de estudo sobre a mulher negra e favelada (cuja carga em si três características: sexo, etnia e *status* social), sem considerar as múltiplas possibilidades que esta discussão pode apresentar, é muito limitante, pois não se observará os contrastes de maneira mais global, devido ao fato de estar apenas focando-se nas circunstâncias existentes e circundantes desta mulher específica. Se eu discuto sobre a vida da mulher negra favelada em relação ao homem negro favelado e fico neste nicho específico (moradores da favela), avanço muito pouco meu olhar. Quanto mais se abrange a visão de pesquisa acerca das possibilidades concernentes aos personagens estudados, maior é a qualidade do trabalho e os resultados mais produtivos. Só é preciso saber onde e como buscar este equilíbrio. Silva e Silva destacam algo importante que:



O termo *gênero* não deve ser entendido como sinônimo de mulher/mulheres ou de sexo, uma vez que essa categoria de análise não combina com determinações biológicas. Mas isso não quer dizer que, na prática, as pessoas não acreditem em determinações biológicas. (...) No entanto, a História não deve ficar restrita aos papéis de gênero, à diferenciação entre a identidade masculina e a feminina (...). Por último, é preciso lembrar que os papéis sociais de gênero são mutáveis, e homens e mulheres podem, ao longo do tempo e dependendo da sociedade em que estão inseridos, apresentar práticas e comportamentos diferenciados. (SILVA: SILVA, 2009, pp. 167-168)

Realmente, a História não deve ficar presa a determinações, mas observar o todo e as relações existentes entre as pessoas, homem em relação à mulher, aos velhos, às crianças, ao meio, entre os *status* sociais, e assim por diante. Tudo no mundo exerce uma força e está em razão da outra, como diria a Terceira Lei de Newton traduzida na máxima que diz que: “A toda ação há sempre uma reação oposta e de igual intensidade: as ações mútuas de dois corpos um sobre o outro são sempre iguais e dirigidas em sentidos opostos”.

Como dito anteriormente, ultimamente tem-se utilizado muito o termo “gênero” como forma de aplacar certas diferenças entre os sexos masculino e feminino, no entanto, é preciso compreender melhor a sua construção histórica. Para isso utilizaremos o artigo *Gênero: uma categoria útil de análise histórica* (1990), de Joan Scott. A autora afirma que por séculos o termo “gênero” foi utilizado erroneamente e sem uma análise concreta e histórica, evocando-se apenas os traços de caráter ou sexuais. A citada autora exemplifica como as feministas apropriaram-se do termo sublinhando que,

(...) começaram a usar a palavra “gênero” mais seriamente, num sentido mais literal, como maneira de se referir à organização social entre os sexos. A referência à gramática é ao mesmo tempo explícita e plena de possibilidades não-examinadas. Explícita, porque o uso gramatical envolve regras formais que resulta da atribuição do masculino ou do feminino; plena de possibilidades não-examinadas, porque em muitas línguas indo-europeias há uma terceira categoria – o sem sexo ou neutro. Na gramática, o gênero é compreendido como uma forma de classificar fenômenos, um sistema socialmente consensual de distinções e não uma descrição objetiva de traços inerentes. Além disso, as classificações sugerem uma relação entre categorias que torna possíveis distinções ou agrupamentos separados. (SCOTT, 1990, p 72)

Para Scott, o uso de tal termo foi uma medida paliativa que escolhe uma palavra, aparentemente neutra para resolver um problema mais profundo na concepção delas (feministas), ou seja, as diferenças entre os dois sexos comumente aceitos. A supracitada autora explica que as feministas americanas foram promotoras do uso de “gênero” com intenção de enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo, tanto como rejeitar o determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. De acordo com esse uso, o termo servia-as como um meio de enfatizar



igualmente o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade. Scott explica que o termo “gênero” serviu para unificar os dois sexos, na visão feminista, e não mais separar os seus estudos, por exemplo. No entanto, hoje ocorre o contrário, não a união, mas o aprofundamento do abismo. Scott, citando Natalie Zemon Davis, destaca uma fala da historiadora em 1975:

Penso que deveríamos nos interessar pela história tanto dos homens como das mulheres, e que não deveríamos tratar somente do sexo sujeitado, assim como um historiador de classe não pode fixar seu olhar apenas sobre os camponeses. Nosso objetivo é compreender a importância *dos sexos*, isto é, dos grupos de gênero no passado histórico. Nosso objetivo é descobrir o leque de papéis e de simbolismos sexuais nas diferentes sociedades e períodos, é encontrar qual era o seu sentido e como eles funcionavam para manter a ordem social ou para mudá-la (DAVIS, 1975 *Apud* SCOTT, 1990, p. 72).

A fala de Davis destacada acima por Scott em seu artigo demonstra perfeitamente uma visão conciliadora entre as partes, ou seja, ao invés de tratarmos o “gênero” apenas como estudos voltados às mulheres (como acontece hoje), mas colocá-las em contraposição aos homens e os demais espaços históricos, campo, cidade, pobre, rico, etc. Scott afirma que para os historiadores não-feministas das mulheres, não tem sido suficiente provar que elas participavam da vida política e social, tanto quanto das revoltas ou mesmo tiveram uma história conjunta com os homens de seu tempo, pouco importando para os demais que têm concepções opostas, se elas participavam ou não, o que não alteraria a “sua compreensão da Revolução Francesa sabendo que dela participaram”. O uso de tal termo, para a autora, pode explicar-se pela busca de legitimidade acadêmica para os estudos feministas nos anos 1980. E a referida autora completa afirmando que,

(...) O termo “gênero”, além de um substituto para o termo mulheres, é também utilizado para sugerir que qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro. Essa utilização enfatiza o fato de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado nesse e por esse mundo masculino. Esse uso rejeita a validade interpretativa da idéia de esferas separadas e sustenta que estudar as mulheres de maneira isolada perpetua o mito de que uma esfera, a experiência de um sexo, tenha muito pouco ou nada a ver com o outro sexo. Além disso, o termo “gênero” também é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. Seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm a capacidade para dar à luz e de que os homens têm uma força muscular superior. Em vez disso, o termo “gênero” torna-se uma forma de indicar “construções culturais”- a criação inteiramente social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. (...) Com a proliferação dos estudos sobre sexo e sexualidade, “gênero” tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens. (...) O uso de “gênero” enfatiza



todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade (SCOTT, 1990, pp. 75-76)

A autora argumenta e enfatiza que não se deve separar um sexo do outro ao estudar qualquer aspecto relacionado a um ou outro, pois não estão separados por uma barreira. Além do fato apontado pela autora de que este termo serviu como sustentação da ideia de “construção social”, que a meu ver está longe de resolver qualquer espécie de problema existente entre características associadas ao masculino e ao feminino, porque enfatiza apenas, parafraseando Scott, “idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres”. A referida autora lança um forte argumento de como, na visão dela, podemos trabalhar com nossos estudos históricos e, inclusive com o gênero ao sublinhar que:

(...). Não penso que devemos deixar os arquivos ou abandonar o estudo do passado, mas acredito, isto sim, que devemos mudar alguns de nossos hábitos de trabalho, algumas questões que temos colocado. Devemos examinar atentamente nossos métodos de análise, clarificar nossas hipóteses de trabalho, explicar como a mudança ocorre. Em vez da busca de origens únicas, temos que pensar nos processos como estando tão interconectados que não podem ser separados. É evidente que isolamos certos problemas para serem estudados e que estes problemas constituem pontos de partida ou de entrada para processos complexos. Mas são os processos que devemos ter sempre em mente. Devemos nos perguntar mais seguidamente como as coisas se passaram para descobrir por que elas se passaram; segundo a formulação de Michelle Rosaldo, devemos buscar não uma causalidade geral e universal, mas uma explicação baseada no significado: “Vejo agora que o lugar da mulher na vida social humana não é, de qualquer forma direta, produto das coisas que e a faz, mas, o significado que suas atividades adquirem através da interação concreta”. Para buscar o significado, precisamos lidar com o sujeito individual, bem como com a organização social, e articular a natureza de suas inter-relações, pois ambos são cruciais para compreender como funciona o gênero, como ocorre a mudança. Finalmente, é preciso substituir a noção de que o poder social é unificado, coerente centralizado por algo como o conceito de poder de Michel Foucault, entendido como constelações dispersas de relações desiguais, discursivamente constituídas em “campos de força” sociais. No interior desses processos e estruturas, há espaço para um conceito de agência humana, concebida como a tentativa (pelo menos parcialmente racional) para construir uma identidade, uma vida, um conjunto de relações, uma sociedade estabelecida dentro de certos limites e dotada de uma linguagem - uma linguagem conceitual que estabeleça fronteiras e contenha, ao mesmo tempo, a possibilidade da negação, da resistência, da reinterpretação, permita o jogo da invenção metafórica e da imaginação (SCOTT, 1990, pp. 85-86)

Acredito que a fala acima da historiadora resume bem certos aspectos da escrita da história e em particular da utilização do gênero na história, principalmente no quesito de “pensar nos processos como estando tão interconectados que não podem ser separados”, etc. A autora acrescenta que o gênero como um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas, implica em quatro elementos inter-relacionados: o



primeiro está centrado nas ambivalências como os símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas e contraditórias, como Eva e Maria, símbolos da mulher na tradição cristã ocidental, assim como mitos de luz e escuridão, purificação e poluição; em segundo lugar conceitos normativos que expressam interpretações dos significados dos símbolos, tentando conter suas possibilidades metafóricas, cujos conceitos estão expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e tomam a forma típica de uma oposição binária fixa, afirmando de maneira categórica e equivocada o significado do homem e da mulher, do masculino e do feminino. Quando discute as relações indentitárias, Scott argumenta que,

Se a identidade de gênero está baseada única e universalmente no medo da castração, nega-se a relevância da investigação histórica. Além disso os homens e as mulheres reais não cumprem sempre, nem cumprem literalmente, os termos das prescrições de sua sociedade ou de nossas categorias analíticas. Os/as historiadores/as precisam, em vez disso, examinar as formas pelas quais as identidades generificadas são substantivamente construídas e relacionar seus achados com toda uma série de atividades, de organizações e representações sociais historicamente específicas (SCOTT, 1990, pp. 87-88).

Outro ponto que Scott acerta é que “os homens e as mulheres reais não cumprem sempre, nem cumprem literalmente, os termos das prescrições de sua sociedade ou de nossas categorias analíticas”, ou seja, não devemos generalizar suas ações como se tivessem um padrão preestabelecido – seja lá por quem -, mas observar as várias e quase infinitas possibilidades que estas pessoas possuem. Para a historiadora o gênero fornece um meio de decodificar o significado e compreender as complexas conexões entre várias formas de interação humana. Os historiadores começam a compreender a reciprocidade do gênero e da sociedade e suas formas particulares, quando, segundo a supracitada autora, encontram as maneiras pelas quais o conceito de gênero legitima e constrói as relações sociais pelas quais a política constrói o gênero e o gênero constrói a política, sendo esta apenas uma das áreas na qual o gênero pode ser utilizado para análise histórica. Historicamente, em muitos momentos do passado, o gênero é utilizado, segundo argumenta Scott, como formas de definição e consolidação de poder, pois as características ditas “fracas” representam as mulheres e as “fortes” os homens, que estes mesmo quando são fracos e explorados, o são à maneira das prostitutas (tidas como indefesas e exploradas), já os líderes trabalhadores são “produtores, fortes, protetores de suas mulheres e crianças”. Realmente esta visão estereotipada de mulher “fraca” e homem “forte” perdurou, reforçando alguns aspectos da submissão feminina em momentos pontuais do tempo histórico.



Falando de termos históricos, a Idade Moderna (minha área de concentração na pesquisa: História Moderna e Contemporânea), George Duby e Michelle Perrot, na introdução do volume 3 da *História das Mulheres no Ocidente* (1990) escreveram sobre a história das mulheres afirmando que,

As mulheres foram, durante muito tempo, deixadas na sombra da história. O desenvolvimento da antropologia e da ênfase dada à família, a afirmação da história das “mentalidades”, mais atenta ao quantitativo, ao privado e ao individual, contribuíram para as fazer sair dessa sombra. E mais ainda, o movimento das próprias mulheres e as interrogações que suscitou. “Donde vimos? Para onde vamos?”, pensavam elas; e dentro e fora das universidades levaram a cabo investigações para encontrarem vestígios das suas antepassadas e sobre tudo para compreenderem as raízes da dominação que suportavam e as relações entre os sexos através do espaço e do tempo (DUBY; PERROT, 1990, p. 07).

Salientam os autores citados acima que grande parte da importância da saída das mulheres da dita “sombra da História” deu-se em parte por causa de estudos da História das Mentalidades que começaram por “escancarar o mundo privado” na sociedade europeia (no Brasil temos a versão da nossa História da Vida Privada), podendo assim expor, de fato, a vida de mulheres e suas ações sociais, importância para grandes eventos, etc. Arlette Farge e Natalie Zemon Davis afirmam que a mulher está presente em tudo na sociedade, mesmo em momentos de guerra, inclusive durante a Fronda³. As autoras enfatizam que durante os três séculos que entendemos como Tempos Modernos, a mulher vem exercendo os mais variados papéis nas mais variadas camadas sociais. E para elucidar este pensamento, Davis e Farge sublinham que,

Presente, de fato, na realidade dos dias, é ao mesmo tempo extraordinário apercebermo-nos até que ponto ela ocupa o campo dos discursos e das representações, o das fábulas e dos sermões, mesmos o do mundo científico e filosófico. Dela muito se fala, até mais não poder, afim de pôr o universo em ordem. Mas aqui reside um paradoxo, porque este discurso pletórico e repetido sobre a mulher e sobre a sua natureza é um discurso atravessado pela necessidade de a conter, pelo desejo mal disfarçado de fazer da sua presença uma espécie de ausência ou, pelo menos, uma presença discreta que deve cingir-se a limites cujo traçado se assemelha a um jardim fechado (DAVIS; FARGE, 1990, p. 09).

Com as afirmações das historiadoras supracitadas, concordo em partes, pois se realmente existisse um silêncio e ausência absoluta, se não houvesse quem escrevera (autores masculinos e femininos) sobre as mulheres, se as fontes delas estivessem esquecidas ou apagadas, ou mesmo perdidas, inexistindo toda a forma de vestígios históricos, anulando-as

³ A Fronda, ou as Frondas, foi uma série de guerras civis ocorridas na França entre 1648 e 1653 - concomitantemente à Guerra Franco-Espanhola, e alguns anos após a Guerra dos Trinta Anos - em que a monarquia se viu diante de uma série conflitos contrários a ela partindo de diversos segmentos da sociedade.



por completo – quase num complô conspiratório de algum tolo delirante – entre outras coisas, minha própria pesquisa (sobre a escrita feminina renascentista com base em obras poética e epistolares de duas mulheres da Itália do século XVI: Veronica Franco e Veronica Gambara) não seria possível. Querer negar todos os trabalhos para colocar a mulher – de um modo geral como vítima da tirania nefasta do Tempo – numa espécie de “pedestal dos excluídos” me parece muito desonesto tanto com as inúmeras personagens históricas femininas que foram estudadas e podem o ser um dia, quanto para com as pessoas que as pesquisaram e inspiraram, inspiram e inspirarão milhares de outras a fazer o mesmo e dar voz às mulheres, nossas ancestrais e contemporâneas. A quantidade de trabalhos pode até não ser a adequada, – se é que existe um nível quantitativo o suficiente que valha ser contado –, mas muitas histórias já foram contadas. As mulheres sempre estiveram e sempre estarão presentes na História, interagindo entre si, com homens, crianças, velhos, animais, etc, com o meio em que vivem e dividem com as demais espécies deste planeta.

Segundo Davis e Farge, “tomar a mulher a sério é reconstruir a sua atividade no campo das relações que se instituem entre ela e o homem, é fazer da relação entre os sexos uma produção social, a partir da qual o historiador pode e deve fazer a história” (1990, p. 11). Desde o século XVI, de acordo com as definições das citadas autoras, há uma querela entre os sexos masculino e feminino, onde a mulher é destacada por sua maledicência, pecaminosidade, mas ao mesmo tempo é meiga, doce e submissa. Para destacar bem esta questão de tensões entre os sexos masculino e feminino, as autoras afirmam que, “não há imobilidade alguma, mas um campo de relações entre o feminino e o masculino constantemente marcado pelas transformações do mundo, ainda que eternado por uma relação de forças que nem sempre é favorável ao sexo feminino” (1990, p. 13). Ao explicar o conceito de tensão que rodeia os sexos masculino e feminino, as autoras afirmam que é como se fosse um fio que liga dois espaços, e estes agem para manter a tensão do fio, e que seria nesse sentido que as relações entre os dois sexos são vistas, nesse frágil equilíbrio entre dois mundos feitos para se entenderem e para se devorarem. Davis e Farge explicam que é preciso remover o estereótipo de que desde sempre a mulher foi submissa e o homem seu opressor. De acordo com as autoras,

Os diferentes olhares sobre a história das mulheres tentam quebrar o estereótipo habitual, segundo o qual em todos os tempos as mulheres teriam estado dominadas e os homens teriam sido seus opressores. A realidade é de tal modo mais complexa que é preciso trabalhar com mais finura: desigualdade, com certeza, mas também espaço movido e tenso em que as mulheres, nem tão fatalmente vítimas nem excepcionalmente heroínas, trabalham de todas as formas para serem sujeitos da



história. No fundo, esta história das mulheres é uma maneira de apreender a mulher como participante da história e não como um dos seus objetos. Considerando-a deste ponto de vista, mudam-se as perspectivas, analisam-se as fontes com um novo olhar, descobrem-se numerosas tentativas e êxitos femininos que um olhar definitivamente dominado pelos habituais lugares-comuns sobre a mulher, eterna escrava, e sobre o homem, eterno dominador, não pode nem entrever nem sequer suspeitar (DAVIS; FARGE, 1990, p. 13).

A citação acima ilustra bem o ponto, sair do estereótipo de simples oposição entre “dominadores” e “dominados/as”, observar a mulher como atuante e não mero coadjuvante. De fato, não tenhamos a ilusão de que elas sempre foram, a todo o momento, tratadas “decentemente”, mas também nem tanto “indecentemente”. Houve épocas e sociedades que desfrutaram maior equilíbrio por assim dizer entre elas (mulheres) e os homens (exemplo: os vikings) e em outros momentos que foram mais “controladas”. De fato, como enfatiza as autoras ao dizerem sobre esta “linha tênue” que gera as relações entre os dois sexos “(...) desigualdade, com certeza, mas também espaço movediço e tenso em que as mulheres, nem tão fatalmente vítimas nem excepcionalmente heroínas, trabalham de todas as formas para serem sujeitos da história”. É evidente, segundo Davis e Farge, que muitos discursos rodeiam a mulher, a nomeando e a controlando. A realidade cotidiana a desenhara suficientemente bem não a deixando esquecer que o espaço em que vive, aparece e pensa está marcado por normas e interditos, e que isso é válido tanto para camponesa pobre como para a princesa da corte.

Segundo afirma Perrot, por volta dos anos setenta, aconteceu uma renovação do questionamento, ligada à crise dos sistemas de pensamento (marxismo, estruturalismo), à modificação de alianças disciplinares e ao crescimento da subjetividade. Entre vários aspectos relativos às tendências da época, a mulher torna-se um sujeito, idealizado através da família e tudo que envolvia (matrimônio, maternidade, etc), que faziam surgir outros personagens como os filhos, os jovens, outros questionamentos como, por exemplo, as idades da vida, o privado. Um fator sociológico que ajudou na escrita maior dessa “História das mulheres” foi, sem dúvida, a presença feminina nas universidades. Essa “feminização” pode, segundo afirma a citada autora, ser o germe de uma demanda renovada, ou pelo menos de uma atenção favorável. Dentre os fatores políticos estão o Feminismo, como já dito anteriormente, na sua fase com muito peso durante as décadas de 1960 e 1970.

Joan Scott afirma que “a preocupação teórica com o gênero como uma categoria analítica só emergiu no fim do século XX” (1990, p. 85), estando por sua vez “ausente das principais abordagens de teoria social elaboradas no século XVIII até o século XX”, sendo



que algumas destas teorias tinham se orientado para uma “lógica a partir das analogias com a oposição entre masculino/feminino, outras reconheceram uma “questão feminina”, outras ainda se preocuparam com a formulação da identidade sexual subjetiva, mas o gênero, como uma forma de falar sobre sistemas de relações sociais ou sexuais não tinha aparecido”. Esta falta é explicada pelo fato de que as feministas contemporâneas tiveram dificuldade, segundo a autora, de incorporar o termo “gênero” às abordagens teóricas existentes, de convencer sobre a escolha de outra escola teórica ou até mesmo de explicar que o gênero fazia parte de seu vocabulário.

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, trabalhei com um conceito contemporâneo, utilizado pela Sociologia e Ciências Sociais e seus afins, mas originário da Biologia, o gênero. Foi tecida uma exposição analítica, onde procurei discutir a utilização de tal ideia tendo em mente a sua construção histórica, ou seja, como tal palavra foi “saindo” apenas da utilização científica própria da área biológica (no sentido de “grupo da classificação dos seres vivos”) para designar uma construção social – idealizada na mente de quem se apropriou desse conceito e o aplicou no meio social – possibilitando que as pessoas se “enxerguem como quisessem”. Para que tal análise histórica obtivesse o êxito esperado tomei por base Joan Scott que em seu texto, afirma que quem se propõe a codificar os sentidos das palavras luta por algo perdido, pois as palavras e ideias que elas tentam codificar tem uma história e que ninguém, nem mesmo os professores de Oxford ou a Academia Francesa têm sido capazes de represar ou fixar o significado de uma forma que seja independente do jogo de invenção de imaginação humanas.

Na sua utilização recente mais simples, “gênero” é sinônimo de “mulheres”, segundo as explicações da já citada historiadora norte-americana, sendo que certos estudos realizados sobre a "história das mulheres" substituíram a palavra “mulheres” por “gênero” e que tal mudança por propósito para se valer mais de uma cientificidade pertencente às ciências sociais, dando certa neutralidade, que o termo “mulheres” não teria. “Gênero”, segundo a referida autora:

(...) parece se ajustar à terminologia científica das ciências sociais, dissociando-se, assim, da política (supostamente ruidosa) do feminismo. Nessa utilização, o termo "gênero" não implica necessariamente uma tomada de posição sobre a desigualdade ou o poder, nem tampouco designa a parte lesada (e até hoje invisível). Enquanto o termo, “história das mulheres” proclama uma posição política ao afirmar (...) que as mulheres são sujeitos históricos válidos, o termo gênero inclui as mulheres, sem lhes nomear, e, parece assim, não constituir uma forte ameaça (SCOTT, 1990, p. 75).



Na citação acima a autora deixa clara sua posição, em favor da “história das mulheres”, que validaria mais a ação feminina enquanto sujeito histórico atuante, enquanto o “gênero” não, pois não dá nome, voz á mulher, mas a inclui no meio de tantas outras, o que não seria uma “grande ameaça”, pois não destaca a mulher como se deve.

No entanto, é preciso ser realista e dar crédito ao que é necessário creditar. De fato, o Movimento Feminista tem sua grande importância no quesito de buscar a mulher e dar-lhe voz e vez de aparecer cada vez mais. Porém, não é preciso ser mulher e/ou feminista para falar de mulher, basta se interessar pelo assunto e desenvolver o seu projeto com o mínimo de seriedade e, se possível sem muitos vieses que ao invés de ampliar, restringem mais a visão global da situação e das possibilidades que cada uma apresenta, de todas as relações que são passíveis de serem feitas, etc.

O título deste trabalho abriu uma pergunta, uma possibilidade de interpretação, pois perguntei se o termo “gênero” poderia ser considerado uma falácia contemporânea, mas para saber se é ou não e responder ao questionamento inicial, primeiro devemos conhecer o significado de tal termo. Portanto, o termo falácia deriva do verbo latino *fallere*, que significa enganar. Designa-se por falácia um raciocínio errado com aparência de verdadeiro. Na lógica e na retórica, uma falácia é um argumento logicamente incoerente, sem fundamento, inválido ou falho na tentativa de provar eficazmente o que alega. Argumentos que se destinam à persuasão podem parecer convincentes para grande parte do público apesar de conterem falácias, mas não deixam de ser falsos por causa disso.

Outras questões levantadas foram se o “gênero” (utilizado como um conceito contemporâneo) responde às demandas sociais vigentes atualmente? Ou é necessário revisar a utilização de tal palavra? Daí tem-se três questões cruciais as serem resumidas adequadamente. Para isso, revisemos o que foi dito, sobre o “gênero” e seu uso na História, principal mote desta discussão. Primeiro, o termo surgiu nos anos 1980, em que as feministas almejavam um termo neutro para abrigar as questões envolventes aos sexos, um ambiente de inclusão. Segundo, houve certo, “desvio de direção”, onde gênero transformou-se em, apenas, sinônimo de mulher, pura e simplesmente. Tanto que quando se diz, atualmente “História de gênero” ou trabalhos (pesquisas, eventos, etc) que o envolvem, vem à mente somente o âmbito feminino suas variações, mas não fora deste. Isto é fato. Aos homens cabe a “história geral”, tida, tipicamente masculina, o que é um erro crasso.



A História é personificada na imagem de Clio que é uma das nove musas (filhas de Zeus com Mnemósine, a deusa da memória), e, junto com as irmãs, habita o monte Hélicon, e ela (Clio) como musa da história e da criatividade, é aquela que divulga e celebra as realizações, preside a eloquência, sendo a fiadora das relações políticas entre homens e nações. A História foi “fundada” por um homem (Heródoto, considerado seu “Pai”), praticada por séculos, majoritariamente por homens que a escreviam, mas também por mulheres. Atualmente têm-se mais presenças femininas na Academia, é um fato também, mas ainda não foi resolvido o problema principal, parar de querer separar os sexos (feminino e masculino) em dois mundos opostos, como se homem e mulher não dividissem o mesmo espaço-tempo e sua interação fosse nula. Crê nisso é tão absurdo tanto quanto na Terra plana. Natalie Davis já nos alertou sobre isso, como vimos nas linhas acima.

Portanto, podemos concluir afinal que como ocorreu um desvio em relação à “intenção original” no emprego do “gênero” como “conciliador dos sexos humanos”, um ambiente neutro por excelência, – como bem salientaram os autores presentes na composição deste artigo –, para o equivalente à mulher, resta-nos dois caminhos: a revisão da utilização do termo e suas práticas se são válidas da maneira que são empregadas atualmente; ou a restauração de sua origem, confluir homens e mulheres num espaço neutro, de convivência mútua e em razão um do outro, sem distinções e quando se falar de “gênero”, pensar nele para além do feminino, mas também englobando ao masculino. Se não ocorrer uma destas sugestões, talvez fosse melhor extingui-lo de vez, caso se verifique sua inutilidade ou “segregação sexual”, por assim dizer. Senão torna-se, realmente, algo enganoso, falacioso.

Termino de fato, este texto reforçando que é preciso construir e incentivar cada vez mais pesquisas e espaços de estudos das mulheres, mas também de homens, crianças, velhos, – sempre tendo em consideração as multiplicidades relacionais entre estes personagens –, para proteger a memória dessas pessoas e conservar a identidade cultural do país a qual pertencam. Precisamos acentuar ainda a consciência de que a História não se escreve com uma única versão, mas com várias, de homens e mulheres em conjunto.

REFERENCIA BIBLIOGRÁFICAS.

DAVIS, Natalie Zemon; FARGE, Arlette. *Introdução*. In: **História das Mulheres no Ocidente**. Porto: Afrontamento; São Paulo: EBRADIL, 1990.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle (org.). *Escrever a História das Mulheres*. In: **História das Mulheres no Ocidente**. Porto: Afrontamento; São Paulo: EBRADIL, 1990.



PERROT, Michelle. *I. Escribir la historia de las mujeres. In: Mi historia de las mujeres.* 1ª ed. 1ª reimp. Fondo Cultura Económica, Buenos Aires, 2009.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Gênero.* In: **Dicionário de conceitos históricos.** Contexto, São Paulo, 2009.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica.* **Educação & Realidade**, vol. 15, n 2, jul/dez. 1990. Disponível em:
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf